

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.405 - RS (2019/0282054-6)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : CARMEM SUZANA CAMARGO RODRIGUES
ADVOGADO : RODRIGO CAMARGO BARCELLOS - RS081699
RECORRIDO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DE FREITAS - RS038627
INTERES. : ADEMIR TEIXEIRA DA SILVA
INTERES. : ATAIDE MORAES RODRIGUES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. CPC/73. INTIMAÇÃO PARA DAR ANDAMENTO. DESNECESSIDADE. CONTRADITÓRIO OBSERVADO. RETORNO À ORIGEM. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

CARMEM SUZANA CAMARGO RODRIGUES (CARMEM SUZANA) opôs embargos à execução que lhe move o BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO), alegando prescrição intercorrente.

A sentença julgou improcedente os embargos à execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC (e-STJ, fls. 79/84).

O TJRS negou provimento à apelação interposta por CARMEM SUZANA, em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA.

- SENTENÇA CITRA PETITA. JULGAMENTO IMEDIATO DA LIDE. O pedido de extinção do processo, com base no art. 485, II, do CPC, não foi apreciado pelo julgador na sentença recorrida, caracteriza a decisão como citra petita. Todavia, estando o processo em condições de imediato julgamento, deve a matéria ser enfrentada por esta Instância, nos termos do art. 1.013, §§ 1º e 3º, III, do CPC.

- EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. A extinção do processo, na hipótese de ficar parado por mais de um ano, por negligência das partes, somente pode ser decretada, após prévia intimação pessoal da parte autora, para suprir a falta no prazo de

Superior Tribunal de Justiça

cinco dias, na forma do art. 485, § 1º, do CPC, o que não ocorreu no presente caso. Improcedente no ponto.

- PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. A prescrição intercorrente, em processos regidos pelo anterior CPC, até sua revogação, somente se caracterizava havendo inércia do credor por prazo superior ao de prescrição do direito material, depois de ser ele intimado pessoalmente para dar prosseguimento ao feito, requisitos esses não satisfeitos na espécie (REsp nº 1.604.412/SC).

PRELIMINAR ACOLHIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA (e-STJ, fl. 137).

Inconformada, CARMEM SUZANA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, c, da Constituição Federal, apontando divergência jurisprudencial com julgados desta Corte, aduzindo, em síntese, que não é exigida a intimação pessoal do exequente para dar andamento ao feito antes de se reconhecer a prescrição intercorrente, sendo necessária tão somente dar oportunidade para que a parte comprove eventual fato impeditivo de sua incidência.

O BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 249/251).

O recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 253/258).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da prescrição intercorrente

O TJRS concluiu não estar comprovada a inércia do BANCO, além de ser imprescindível a intimação do exequente para dar andamento ao processo para que seja reconhecida a prescrição intercorrente, nos termos da seguinte argumentação:

Trata-se de execução de título extrajudicial, a qual estava sujeita ao prazo prescricional de vinte anos, conforme art. 177 do Código Civil de 1916, passando a ser tal prazo de cinco anos, pelo art. 206, § I, do Código Civil/2002.

A prescrição intercorrente, por sua vez, em processos como o

Superior Tribunal de Justiça

presente, com tramitação regida pelo CPC/73, até sua revogação, somente se configurava em havendo inércia do credor, por prazo superior ao de prescrição do direito material, após ser ele intimado pessoalmente para dar prosseguimento ao feito.

No caso, a documentação acostada aos autos (cópia parcial do processo de execução nº 001/1.05.2128667-4 - fls. 16-65), não demonstra inércia do exequente, pelo prazo prescricional, na busca da satisfação do seu crédito.

Com efeito, após a suspensão do processo por 90 dias, encerrada em 27-11-2001, o banco exequente foi intimado pela NE 505/2002, publicada em 22-10-2002, para dar andamento ao feito, vindo a manifestar-se, em razão do cadastramento de novos procuradores, em dezembro de 2004, postulando o desarquivamento e a carga dos autos (fls. 29-37).

A carga dos autos foi autorizada em 30-12-2004, sendo os advogados do exequente intimados pela NE 106/2005, publicada em março de 2005, postulando o Banco, em (24-03-2005, a penhora do imóvel de matrícula nº 70.198, do Registro de Imóveis da Comarca de Osório, que estava em nome da ora apelante, Carmen Suzana Camargo Rodrigues, e de seu marido, a época, o também executado Ataíde Moraes Rodrigues, constrição que restou deferida pelo juiz em 18-04-2005 (fls. 46-50).

Todavia, a intimação da penhora não foi efetivada, pois não fora localizado o executado Ataíde Moraes Rodrigues, sendo a instituição financeira intimada pela NE 1304/2006, publicada em 14-12-2006 para dar prosseguimento à execução, sendo, posteriormente, os autos arquivados com baixa, em 08-10-2007, face a não manifestação da parte exequente (fls. 51-60).

Após o arquivamento, as cópias acostadas aos autos indicam que houve dois pedidos de desarquivamento pelo Banco, um em 01-06- 2009, sendo ele intimado, por meio da NE 56/2010, disponibilizada no DJE em 17-02-2010, que os autos estavam à disposição, e o outro pedido em março de 2011, em que a intimação se deu pela NE 677/2011, disponibilizada no DJE em 07-07-2011, não havendo mais informações sobre os demais atos realizados.

Nesse contexto, além de não estar comprovada a inércia do credor, sequer houve sua intimação pessoal para dar prosseguimento ao feito, razão pela qual nem mesmo teve início o prazo da prescrição intercorrente (e-STJ, fls. 141/142 - sem destaque no original).

Todavia, a Segunda Seção, no julgamento do REsp nº 1.604.412/SC de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, sob o rito do incidente de assunção de competência, fixou as seguintes teses: 1.1 Incide a prescrição intercorrente nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída

Superior Tribunal de Justiça

do art. 202, parágrafo único, do CC/02. 1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de 1 (um) ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980). 1.3. O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual). 1.4 O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

Tal posicionamento veio a confirmar o entendimento adotado no âmbito da Terceira Turma desta Corte Superior, conforme os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO CONFIGURADA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE NEGLIGÊNCIA DO CREDOR PARA PROMOÇÃO DE ATOS PROCESSUAIS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. EXISTÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC neste julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Nos termos da jurisprudência recentemente firmada nesta Turma, nos casos de suspensão da execução por ausência de bens penhoráveis, ainda que se dispense a intimação pessoal da parte para dar andamento ao feito, deve-se intimar o exequente para se manifestar a respeito do atingimento do prazo de prescrição intercorrente (REsp 1.593.786/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 22/9/2016, DJe 30/9/2016). Prevalece, pois, a necessidade de intimação pessoal da parte exequente, devendo ser mantida a decisão agravada.

3. Agravo regimental não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no AREsp 718.731/SP, de minha relatoria, Terceira Turma, DJe 15/12/2016)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO EXEQUENTE. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO RESPEITADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Terceira Turma do STJ modificou seu entendimento para adotar a tese de que a ocorrência da prescrição intercorrente será reconhecida quando o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, sendo prescindível a sua intimação pessoal prévia, bastando que seja respeitado o princípio do contraditório.

2. Inaplicável, ao caso, a Súmula 106/STJ. O prazo prescricional cuja fluência havia se iniciado com o vencimento da nota promissória não se interrompeu com a propositura da ação, pois a citação ocorreu mais de 14 (quatorze) anos após a decisão do Juiz que ordenou a sua realização. Dessa forma, quando a citação efetivamente veio a ocorrer, a prescrição já estava consumada.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.615.303/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 11/5/2017)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO EXEQUENTE POR SETE DE ANOS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. SÚMULA 150/STF.

1. Controvérsia acerca da prescrição intercorrente no curso de execução de título extrajudicial.

2. "Prescreve a execução no mesmo prazo da prescrição da ação" (Súmula 150/STF).

3. "Suspende-se a execução: [...] quando o devedor não possuir bens penhoráveis" (art. 791, inciso III, do CPC/73).

4. Ocorrência de prescrição intercorrente, se o exequente permanecer inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado.

5. Hipótese em que a execução permaneceu suspensa por sete anos sem que o exequente tenha adotado qualquer providência para a localização de bens penhoráveis.

6. Distinção entre abandono da causa, fenômeno processual, e prescrição, instituto de direito material.

7. Possibilidade, em tese, de se declarar de ofício a prescrição intercorrente no caso concreto, pois a pretensão de direito material prescreve em três anos.

8. Desnecessidade de prévia intimação do exequente para dar

Superior Tribunal de Justiça

andamento ao feito.

9. *Necessidade apenas de intimação do exequente, concedendo-lhe oportunidade de demonstrar causas interruptivas ou suspensivas da prescrição.*

10. *"O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição" (REsp 1.589.753/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 31/05/2016).*

11. *Entendimento em sintonia com o disposto no novo Código de Processo Civil (art. 921, §§ 4º e 5º, CPC/2015).*

12. **RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

(REsp 1.593.786/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, DJe 30/9/2016)

Dessarte, o acórdão divergiu do entendimento do STJ no sentido de que, suspenso o processo em virtude da ausência de bens penhoráveis, sem determinação de prazo, o lapso prescricional reinicia-se a partir de um ano após a suspensão.

No entanto, embora não se exija a intimação do exequente para andamento do processo, fixou-se a tese de que deve ser dado ensejo ao contraditório, a fim de que comprove eventual fato impeditivo da incidência da prescrição.

Da análise dos autos, observa-se que BANCO já fora intimado a se manifestar acerca da prescrição intercorrente, conforme reconhecido na sentença (e-STJ, fl. 79), atendendo-se à garantia do contraditório.

Além disso, conforme acórdão recorrido, após o arquivamento dos autos aos 8/10/2007, há somente dois pedidos de seu desarquivamento, aos 1º/6/2009 e março/2011, sem que houvesse qualquer informação sobre demais atos realizados.

Assim, merece reforma o acórdão recorrido, para reconhecer a prescrição intercorrente.

Nesse sentido, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente e extinguir a ação de execução. Ficam invertidos os ônus sucumbenciais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator